



# RELATÓRIO INTERCALAR - 1.º Semestre 2015 (Não Auditado)

---

## Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	45

## Relatório de Gestão



---

### *Introdução*

---

Nos termos e para os efeitos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a SaudaÇor SA divulga o Relatório Financeiro Intercalar referente ao 1.º semestre de 2015, do qual fazem parte também as demonstrações financeiras anexas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

Sem prejuízo do regular acompanhamento da atividade da SaudaÇor SA pelos seus Órgãos de Fiscalização, os elementos aqui publicados não foram, ao abrigo das disposições aplicáveis, auditados.

Para além das Demonstrações Financeiras e do respetivo anexo, será também apresentada uma breve exposição sobre a evolução da atividade da SaudaÇor SA no período em análise, destacando-se, desde já, os seguintes indicadores financeiros:

- **Rendimentos (*Contrato Programa*) – 20,3 milhões de euros;**
- **EBITDA – 17,9 milhões de euros;**
- **Resultado líquido de 1,7 milhões de euros;**
- **Dívida bancária líquida – 382 milhões de euros;**
- **Autonomia financeira – 3,1%.**

## Apreciação global da Atividade

### RENDIMENTOS E GANHOS

Através da celebração do Contrato Programa entre a RAA e a Saudaçor, foram estabelecidos os direitos e obrigações entre as partes, para o período de 2013 a 2016.

Tal como no ano anterior, o montante atribuído à Saudaçor em contrato-programa inclui uma parcela destinada ao financiamento da política financeira do Serviço Regional da Saúde com o propósito de que, os órgãos de gestão dessas entidades, possam estar exclusivamente focadas na gestão da sua atividade operacional.

*unidade: mil euros*

<b>Rendimentos e Ganhos</b>			
<b>Rubricas</b>	<b>1.º sem 2015</b>	<b>1.º sem 2014</b>	<b>Variação 15/14 (%)</b>
Vendas e serviços prestados	0,0	0,0	-
Subsídios à exploração:	<b>20 291,7</b>	<b>7 520,0</b>	<b>170%</b>
Orçamento da R. A. Açores	20 291,7	7 520,0	170%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,0	0,0	-50%
Outros rendimentos e ganhos	56,1	51,6	9%
<b>TOTAL</b>	<b>20 347,8</b>	<b>7 571,6</b>	<b>169%</b>



## GASTOS E PERDAS

*unidade: mil euros*

<b>Gastos e Perdas</b>			
<b>Rubricas</b>	<b>1.º sem 2015</b>	<b>1.º sem 2014</b>	<b>Variação 15/14 (%)</b>
Fornecimentos e serviços externos	1 333,6	1 322,6	0,8%
Gastos com Pessoal	644,5	603,9	6,7%
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	23,5	102,1	-77,0%
Gastos e Perdas de Financiamento	16 262,2	4 626,3	251,5%
Outros Gastos e Perdas	414,8	270,6	53,3%
<b>TOTAL</b>	<b>18 678,7</b>	<b>6 925,4</b>	<b>169,7%</b>

Os gastos operacionais líquidos de amortizações e provisões, totalizaram 2.393 mil euros, representando um acréscimo de 8,9%, face ao período homólogo. Os gastos operacionais representam 11,8% do Total dos rendimentos, enquanto os gastos e perdas de financiamento representam 79,9%.

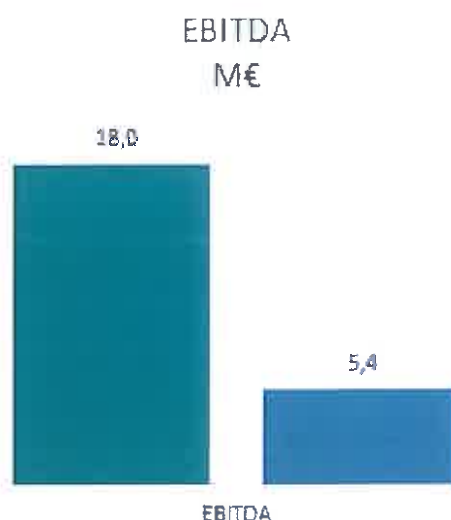
Os fornecimentos e Serviços externos registam um acréscimo ligeiro face ao registado no 1.º semestre de 2014, no entanto as rubricas de comunicação (32,9%), rendas e alugueres (105,7%) e deslocações e estadas (60,9%), registaram acréscimos significativos. Em compensação, as rubricas de Deslocação de doentes (-31,2%), honorários (-83,3%) e outros fornecimentos e serviços, registaram decréscimos face ao período homólogo. Alterações legislativas no setor da Saúde e a consolidação da informatização do Serviço Regional de Saúde, serão alguns dos fatores que justificam as variações apresentadas.

Os Gastos com pessoal registaram um acréscimo de 6,7% face ao período homólogo do ano anterior, justificado pelas alterações legislativas ocorridas por força dos OE de 2014 e 2015, aplicáveis aos trabalhadores do setor público e do setor público empresarial, nomeadamente a aplicação da redução remuneratória prevista no OE de 2011 (a partir de setembro de 2014) e a reversão da redução remuneratória em 20%, a partir de 1 de janeiro de 2015.

O número médio de trabalhadores da empresa, para o período em análise, é de 29.

### RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE AMORTIZAÇÕES (EBITDA)

Para o período em análise, o EBITDA foi de 18,0 milhões de euros, com um crescimento de 169% face ao período homólogo do ano anterior.



### RESULTADO LÍQUIDO

As Amortizações, Depreciações, e Provisões atingiram 23,5 mil euros, representando um decréscimo de 77% face ao período homólogo, justificado pela diminuição da rubrica de amortizações e depreciações.

O Resultado operacional (EBIT) foi de 17,9 milhões de euros.

Relativamente aos Resultados financeiros, não é possível estabelecer comparativo com o período homólogo devido ao facto de apenas no 3.º trimestre de 2014, se ter contabilizado os encargos financeiros dos empréstimos titulados pelos Hospitais EPE e suportados pela Saudaçor SA, nos termos do Contrato Programa celebrado com a RAA, até então registados como adiantamentos aos hospitais.

Neste âmbito é de se referir que é expetável a redução dos encargos financeiros para 2015, na sequência do esforço desenvolvido pela empresa na obtenção de melhores condições de financiamento por via da renegociação dos principais financiamentos, nomeadamente quanto aos spreads.



O Resultado líquido do período ascendeu a 1,7 milhões de euros (vs 0,6 milhões de euros do período homólogo).

## BALANÇO – PRINCIPAIS RUBRICAS

A situação patrimonial da saudaçor SA evoluiu face ao exercício findo a 31 de dezembro de 2014, conforme se ilustra no quadro seguinte:

*unidade: mil euros*

Balanço	1.º sem 2015	2014 (auditado)
<b>Ativo não Corrente</b>	<b>365 956</b>	<b>365 834</b>
Ativos fixos tangíveis	361	119
Ativos Intangíveis	22	6
Outras contas a receber	365 767	365 709
<b>Ativo Corrente</b>	<b>51 605</b>	<b>27 673</b>
Dos quais:		
Outras Contas a receber	35 574	16 379
Diferimentos	124	128
Caixa e Depósitos bancários	12 150	7 598
<b>Total do Ativo</b>	<b>417 561</b>	<b>393 507</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>13 062</b>	<b>11 392</b>
<b>Passivo não Corrente</b>	<b>361 508</b>	<b>336 539</b>
Dos quais:		
Financiamentos obtidos	361 508	336 539
<b>Passivo Corrente</b>	<b>42 991</b>	<b>45 576</b>
Dos quais:		
Financiamentos obtidos	33 458	35 236
Outras contas a pagar	9 140	9 607
<b>Total do capital Próprio e Passivo</b>	<b>417 561</b>	<b>393 507</b>

## Perspetivas

Durante o corrente ano, espera-se um continuado crescimento da atividade da empresa. A empresa continuará a apostar na consolidação dos processos estruturantes iniciados nos anos anteriores ao nível da Gestão do Serviço Regional de Saúde da RAA (SRSA) e dos sistemas de informatização, nomeadamente:

- Consolidação do processo de contratualização com as Unidades de saúde de ilha e Hospitais EPE, destacando-se o acompanhamento da execução económico financeira, da produção, dos indicadores de atividade e resultados em saúde.

- Implementação do Sistema Integrado de Informação Hospitalar nos Hospitais E.P.E. do SRS e do Sistema laboratorial em todos os Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha;
- Introduzir a telemedicina entre Unidades de saúde do SRS e os Hospitais do SNS;
- Alargar a central de compras da empresa;
- Acompanhamento das empreitadas, na área da saúde, incluindo as constantantes na carta regional das obras publicas.

Angra do Heroísmo, 28 de agosto de 2015

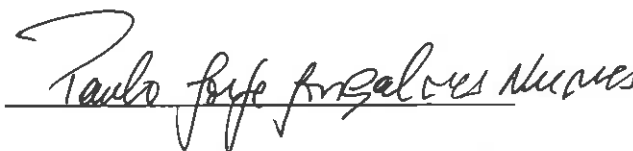
O Conselho de administração



Rosa Augusta Valente de Matos



Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves



Paulo Jorge Gonçalves Nunes



## Demonstrações Financeiras

*[Handwritten signature in blue ink]*

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

unid: Euro

RUBRICAS	Notas	30 jun 2015	31 dez 2014
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	185 667,81	119 103,17
Ativos Intangíveis	8	3 913,92	5 870,50
Outras contas a receber	10	365 766 716,60	365 709 469,02
		<u>365 956 298,33</u>	<u>365 834 442,69</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	14	1 131,70	1 131,70
Estado e outros entes públicos	9	3 755 127,74	3 566 008,67
Outras contas a receber	10	35 574 479,85	16 379 316,64
Diferimentos	11	123 671,76	128 478,07
Caixa e depósitos bancários	4	12 150 089,82	7 597 617,97
		<u>51 604 500,87</u>	<u>27 672 553,05</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b>417 560 799,20</b>	<b>393 506 995,74</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	12	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	12	10 000,00	10 000,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12	11 290 641,45	8 625 786,26
Outras variações no capital próprio	12	41 745,16	41 745,16
		<u>11 392 386,61</u>	<u>8 727 531,42</u>
Resultado líquido do exercício	12	1 669 155,73	2 664 855,19
<b>Total do capital próprio</b>		<b>13 061 542,34</b>	<b>11 392 386,61</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	13	361 508 120,77	336 538 586,14
		<u>361 508 120,77</u>	<u>336 538 586,14</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	292 918,17	318 347,27
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	9	80 027,75	394 978,99
Financiamentos obtidos	13	33 458 310,54	35 235 592,85
Outras contas a pagar	14	9 139 811,63	9 607 035,88
Diferimentos	11	20 068,00	20 068,00
		<u>42 991 136,09</u>	<u>45 576 022,99</u>
<b>Total do passivo</b>		<b>404 499 256,86</b>	<b>382 114 609,13</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>417 560 799,20</b>	<b>393 506 995,74</b>

O Técnico Oficial de Contas



Ana Margarida Simões de Lacerda e Areia

O Conselho de Administração



Rosa Augusta Volante de Matos

Luísa Maria da Silveira e Luísa Melo Alves



Paulo Jorge Gonçalves Nunes


**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014**

		Unid: Euro	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30.06.2015	30.06.2014
Subsídios à exploração	15	20 291 665,00	7 520 000,00
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 333 647,18)	(1 322 561,03)
Gastos com o pessoal	17	(644 537,84)	(603 881,19)
Outros rendimentos e ganhos	18	56 148,84	51 598,35
Outros gastos e perdas	19	(414 827,14)	(270 581,87)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>17 954 801,68</b>	<b>5 374 574,26</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(23 501,52)	(102 093,85)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>17 931 300,16</b>	<b>5 272 480,41</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	20	8,22	16,42
Juros e gastos similares suportados	20	(16 262 152,65)	(4 626 276,83)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 669 155,73</b>	<b>646 220,00</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9		
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1 669 155,73</b>	<b>646 220,00</b>
<b>Resultado líquido por ação</b>			
Básico		166,92	64,62
Diluído		166,92	64,62

**O Técnico Oficial de Contas**
  
 Ana Margarida Simões de Lacerda e Areia

**O Conselho de Administração**
  
 Rosa Augusta Valente de Matos

  
 Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves

  
 Paulo Jorge Gonçalves Nunes

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>12</b>	<b>50 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 988 568,16</b>	<b>41 745,16</b>	<b>8 727 533,42</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Aplicação dos resultados		0,00	0,00	0,00	1 637 218,10	0,00	(1 637 218,10)
		0,00	0,00	0,00	1 637 218,10	0,00	(1 637 218,10)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							
RESULTADO INTEGRAL					0,00	2 664 855,19	2 664 855,19
					0,00	2 664 855,19	2 664 855,19
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>12</b>	<b>50 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 625 786,26</b>	<b>41 745,16</b>	<b>11 392 386,61</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2015</b>		<b>50 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 625 786,26</b>	<b>41 745,16</b>	<b>11 392 386,61</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Aplicação dos resultados		0,00	0,00	0,00	2 664 855,19	0,00	(2 664 855,19)
		0,00	0,00	0,00	2 664 855,19	0,00	(2 664 855,19)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							
RESULTADO INTEGRAL					0,00	1 669 155,73	1 669 155,73
					0,00	1 669 155,73	1 669 155,73
<b>Saldo em 30 de Junho de 2015</b>	<b>12</b>	<b>50 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 290 641,45</b>	<b>41 745,16</b>	<b>13 061 542,34</b>

O Técnico Oficial de Contas

*Ana Margarida Simões de Lacerda e Almeida*  
Ana Margarida Simões de Lacerda e Almeida

O Conselho de Administração

*Rosa Augusta Valente de Matos*  
Rosa Augusta Valente de Matos

Luísa Maria de Silveira Sousa Melo Alves


*Paulo Jorge Gonçalves Nunes*  
Paulo Jorge Gonçalves Nunes

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014		
	Unid: euros	
RUBRICAS	PERÍODOS	
	30.06.2015	30.06.2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de clientes	-	-
Pagamentos a fornecedores	(1 655 179,94)	(1 586 072,62)
Pagamentos ao pessoal	(602 134,55)	(566 269,30)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(2 257 314,49)</b>	<b>(2 152 341,92)</b>
Recebimento/pagamento do imposto sobre o rendimento	(339 687,62)	(133 957,76)
Outros recebimentos/pagamentos	(8 461 780,70)	6 100 895,50
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(11 058 782,81)</b>	<b>3 814 585,82</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	(100 750,26)	(207 634,92)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Subsídios ao investimento	-	384 079,56
Juros e rendimentos similares	6,58	13,14
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(100 743,68)</b>	<b>176 457,78</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	26 135 000,00	10 250 000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(4 048 778,82)	(2 814 034,63)
Juros e gastos similares	(6 374 222,84)	(4 945 245,79)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>15 711 998,34</b>	<b>2 490 719,58</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>4 552 471,85</b>	<b>6 481 763,18</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>7 597 617,97</b>	<b>966 869,92</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>12 150 089,82</b>	<b>7 448 633,10</b>


O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

  
 Ana Margarida Simões de Lacerda e Areia

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

  
 Rosa Augusta Valente de Matos

  
 Luisa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves

  
 Paulo Jorge Gonçalves Nunes



## Anexo às Demonstrações Financeiras

em 30 de Junho de 2015

### 1. *Nota Introdutória*

A SaudaÇor Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A. é uma Sociedade Anónima de Capitais Públicos, constituída em 4 de março de 2004 com sede social no Largo dos Remédios, Edifício Solar dos Remédios, Angra do Heroísmo.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros.

#### ***Organização***

A Sociedade rege-se pelo seu Estatuto, pelo Decreto Legislativo Regional nº 41/2003/A, de 6 de novembro, pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, consagrado no Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da saúde e com a própria empresa. A Empresa conforma-se, na sua atividade com as normas de organização e funcionamento do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

#### ***Missão***

A missão da SaudaÇor baseia-se na prestação de serviços de interesse económico na área da saúde, sendo seu objeto o planeamento e a gestão do sistema regional de saúde.

Estes abrangem não só o sistema de informação, as infraestruturas, as instalações, como também a organização dos procedimentos para a realização de obras de construção, de conservação, de recuperação e de reconstrução de unidades e serviços de saúde.



### ***Contrato Programa***

Dada a amplitude da sua atividade, a remuneração da atividade da Empresa está estabelecida com o Governo Regional dos Açores através de um Contrato Programa quadrienal, conforme Resolução do Conselho do Governo Regional nº 6/2014, de 15 de Janeiro. A remuneração é fixada na referida Resolução e ajustada anualmente em função das responsabilidades operacionais e financeiras assumida pela SAUDAÇOR no cumprimento das políticas e orientações na área da saúde adotadas pelo Governo Regional dos Açores.

### ***2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras***

As demonstrações financeiras foram preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, adotadas pela União Europeia, em vigor em junho de 2015. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"), respectivamente.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

### ***3. Principais políticas contabilísticas***

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados.

### **3.1 Bases de apresentação e de mensuração**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir do registo contabilístico da Sociedade e de acordo com as IFRS em vigor à data da sua elaboração.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos na determinação das políticas contabilísticas a adotar, que poderão afetar o valor contabilístico dos ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes, assim como os rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento do Conselho de Administração, os resultados atuais e futuros podem diferir daquelas estimativas, pelo que deverão ser permanente avaliados com base na informação disponível.

### **3.2 Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o custo de compra e custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e assegurar as condições perfeitas para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



	Anos
Computadores	3
Impressoras	5
Mobiliário diverso	8



As vidas úteis e o método das amortizações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienações são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados. Quando são alienados bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### **3.3 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis referem-se a software informático e seus direitos de utilização e são mensurados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizáveis numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da SAUDAÇOR só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefícios económicos futuros.

### **3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada em períodos anteriores.

### **3.5 Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a SAUDAÇOR se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos

pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

Os ativos realizáveis e os passivos a liquidar num período inferior a um ano são classificados como ativos e passivos correntes, sendo ainda classificados, no passivo corrente, aqueles para os quais não haja um direito incondicional de diferir o seu pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

### **3.6 Imparidade de ativos financeiros**

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

### **3.7 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.8 Outras contas a receber**



As contas a receber são registadas pelo seu valor nominal, sendo subsequentemente a eventuais perdas de imparidade, as quais são registadas em resultados no período a que dizem respeito.

### **3.9 Contas a pagar**

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados pelo método do custo amortizado, de acordo com a taxa de juro efetiva.

### **3.10 Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos, sendo subsequentemente mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os respetivos encargos financeiros determinados de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os juros vencidos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e são apresentados na demonstração da posição financeira na rubrica de Financiamentos obtidos.

### **3.11 Caixa e seus equivalentes**

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa são também considerados os descobertos bancários que estão reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica de Financiamentos obtidos.

### **3.12 Capital social**

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

### **3.13 Subsídio**

O rédito é maioritariamente resultante do contrato programa que fixa a remuneração anual em função da responsabilidade assumida pela SAUDAÇOR no cumprimento das políticas e orientações na área da saúde adotadas pelo Governo Regional dos Açores, assumindo essa remuneração a natureza de compensação dos gastos operacionais e financeiros suportados durante o período. O rédito não previsto anualmente no orçamento regional somente é reconhecido quando for provável que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos e resultem de uma orientação específica no âmbito do Sistema Regional da Saúde.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados incorrem.

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela Sociedade são reconhecidas pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente no passivo não corrente ou deduzidos ao custo de aquisição do ativo e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

### **3.14 Especialização do exercício**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização do exercício pelo qual são reconhecidas à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados como ativos e passivos.

### **3.15 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado; (ii) seja provável que a liquidação da obrigação venha a ser exigida, e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação.

As provisões são periodicamente revistas e ajustadas com base na melhor informação existente na data de balanço.

Não preenchidas as condições anteriormente mencionadas, os eventos são divulgados como ativos e passivos contingentes, exceto se a possibilidade da sua existência não seja remota.

### **3.16 Imposto sobre o rendimento**

O imposto corrente e o imposto diferido, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e o imposto diferido refere-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos

para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

### ***3.17 Juízos de valor críticos e principais fontes de incertezas associadas a estimativas***

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas utilizando diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas em gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes à mensuração de juros e despesas inerentes foram determinados com base no melhor conhecimento das taxas associadas ao período correspondente, assim como na experiência de eventos passados. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas no futuro.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem na (i) dificuldade de determinação dos fluxos financeiros futuros dos instrumentos financeiros, nomeadamente os associados à política de financiamento do Sistema de Informação e Saúde – Açores Região Digital (SIS – ARD); e (ii) aplicação de um entendimento diferente do regime de IVA em relação à posição da Administração Tributária.

### **3.18 Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

### **3.19 Relato por segmentos**

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações envolvido numa atividade de negócio específica de que pode obter réditos e incorrer em gastos num ambiente económico particular sujeita a riscos e benefícios diferenciados de outros segmentos.

A única atividade da SAUDAÇOR é a prestação de serviços de interesse económico na área da saúde, recorrendo frequentemente a serviços complementares que, por sua vez, são desenvolvidos diretamente nas unidades de saúde, estando assim os riscos e benefícios a estas associados.

### **3.18 Entidades relacionadas**

A SAUDAÇOR, como parte ativa do planeamento e gestão do sistema regional de saúde tem uma relação privilegiada com a Região Autónoma dos Açores e as unidades de saúde que o integram e, por isso, todos saldos e transações mais significativos estão divulgados.

## **4. Fluxos de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.



A rubrica de caixa e seus equivalentes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 detalha-se da seguinte forma:

	<b>30.06.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Numerário	8,13 €	46,25 €
Depósitos à ordem	4.117.385,43 €	5.564.882,04 €
Depósitos a prazo	8.032.696,26 €	2.032.689,68 €
<b>Total</b>	<b>12.150.089,82 €</b>	<b>7.597.617,97 €</b>

#### **5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros**

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o primeiro semestre de 2015, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

#### **6. Partes relacionadas**

O capital social da SAUDAÇOR é representado por 10.000 ações nominativas com valor nominal de cinco euros, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

#### **7. Ativos fixos tangíveis**

No exercício findo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2015</b>						
Custos de aquisição	55.000,00 €	73.728,94 €	3.144.250,40 €	1.390.888,21 €	- €	4.663.867,55 €
Subsídios ao investimento	- €	- €	(1.587.847,27 €)	- €	- €	- 1.587.847,27 €
Depreciações acumuladas	- €	(49.258,14 €)	(2.905.945,35 €)	(1.362.317,40 €)	- €	- 4.317.520,89 €
Amortizações subsídios acumuladas	- €	- €	1.360.603,78 €	- €	- €	1.360.603,78 €
<b>Valor líquido</b>	<b>55.000,00 €</b>	<b>24.470,80 €</b>	<b>11.061,56 €</b>	<b>28.570,81 €</b>	<b>- €</b>	<b>119.103,17 €</b>
<b>Movimento do exercício</b>						
Adições	- €	-	85.381,58 €	2.728,00 €	-	88.109,58 €
Alienações	- €	-	-	-	-	- €
Abates	- €	-	(771,82 €)	-	-	- 771,82 €
Adições subsídios	- €	-	-	-	-	- €
Transferências e abates	- €	-	-	-	-	- €
Depreciação - período	- €	(4.885,98 €)	(62.469,87 €)	(6.440,69 €)	-	- 73.796,54 €
Depreciação - abates	- €	-	771,82 €	-	-	771,82 €
Amortização do subsídio	- €	-	52.251,60 €	-	-	52.251,60 €
<b>Valor líquido</b>	<b>- €</b>	<b>- 4.885,98 €</b>	<b>75.163,31 €</b>	<b>- 3.712,69 €</b>	<b>- €</b>	<b>66.564,64 €</b>
<b>30 de junho de 2015</b>						
Custos de aquisição	55.000,00 €	73.728,94 €	3.228.860,16 €	1.393.616,21 €	- €	4.751.205,31 €
Subsídios ao investimento	- €	- €	(1.587.847,27 €)	- €	- €	- 1.587.847,27 €
Depreciações acumuladas	- €	(54.144,12 €)	(2.967.643,40 €)	(1.368.758,09 €)	- €	- 4.390.545,61 €
Amortizações subsídio acumuladas	- €	- €	1.412.855,38 €	- €	- €	1.412.855,38 €
<b>Valor líquido</b>	<b>55.000,00 €</b>	<b>19.584,82 €</b>	<b>86.224,87 €</b>	<b>24.858,12 €</b>	<b>- €</b>	<b>185.667,81 €</b>
	Terrenos	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2014</b>						
Custos de aquisição	55.000,00 €	62.368,94 €	3.022.504,71 €	1.390.888,21 €	87.420,00 €	4.618.181,86 €
Subsídios ao investimento	- €	- €	(1.269.906,82 €)	- €	- €	(1.269.906,82 €)
Depreciações acumuladas	- €	(40.432,83 €)	(2.846.234,10 €)	(1.326.641,01 €)	- €	(4.213.307,94 €)
Amortizações subsídios acumuladas	- €	- €	1.252.167,69 €	- €	- €	1.252.167,69 €
<b>Valor líquido</b>	<b>55.000,00 €</b>	<b>21.936,11 €</b>	<b>158.531,48 €</b>	<b>64.247,20 €</b>	<b>87.420,00 €</b>	<b>387.134,79 €</b>
<b>Movimento do exercício</b>						
Adições	- €	11.360,00 €	78.523,82 €	- €	- €	89.883,82 €
Alienações	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Abates	- €	- €	(44.198,13 €)	- €	- €	(44.198,13 €)
Adições subsídios	- €	- €	(317.940,45 €)	- €	- €	(317.940,45 €)
Transferências e abates	- €	- €	87.420,00 €	- €	(87.420,00 €)	- €
Depreciação - período	- €	(8.825,31 €)	(103.909,38 €)	(35.676,39 €)	- €	(148.411,08 €)
Depreciação - abates	- €	- €	44.198,13 €	- €	- €	44.198,13 €
Amortização do subsídio	- €	- €	108.436,09 €	- €	- €	108.436,09 €
<b>Valor líquido</b>	<b>- €</b>	<b>2.534,69 €</b>	<b>(147.469,92 €)</b>	<b>(35.676,39 €)</b>	<b>(87.420,00 €)</b>	<b>(268.031,62 €)</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>						
Custos de aquisição	55.000,00 €	73.728,94 €	3.144.250,40 €	1.390.888,21 €	- €	4.663.867,55 €
Subsídios ao investimento	- €	- €	(1.587.847,27 €)	- €	- €	(1.587.847,27 €)
Depreciações acumuladas	- €	(49.258,14 €)	(2.905.945,35 €)	(1.362.317,40 €)	- €	(4.317.520,89 €)
Amortizações subsídio acumuladas	- €	- €	1.360.603,78 €	- €	- €	1.360.603,78 €
<b>Valor líquido</b>	<b>55.000,00 €</b>	<b>24.470,80 €</b>	<b>11.061,56 €</b>	<b>28.570,81 €</b>	<b>- €</b>	<b>119.103,17 €</b>

## 8. Ativos intangíveis

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica *Ativos intangíveis* apresentava a seguinte composição:

	Programa de computadores	Outros ativos intangíveis	Total
<b>1 de Janeiro de 2015</b>			
Custos de aquisição	801.185,35 €	32.743,82 €	833.929,17 €
Subsídios ao investimento	(128.073,44 €)	- €	(128.073,44 €)
Depreciações acumuladas	(769.535,01 €)	(32.743,82 €)	(802.278,83 €)
Amortizações subsídios acumuladas	102.293,60 €	- €	102.293,60 €
<b>Valor líquido</b>	<b>5.870,50 €</b>	<b>- €</b>	<b>5.870,50 €</b>

### Movimento do exercício

Depreciação - abates	(9.689,14 €)	- €	(9.689,14 €)
Amortização do subsídio	7.732,56 €	- €	7.732,56 €
<b>Valor líquido</b>	<b>(1.956,58 €)</b>	<b>- €</b>	<b>(1.956,58 €)</b>

### 30 de junho de 2015

Custos de aquisição	801.185,35 €	32.743,82 €	833.929,17 €
Subsídios ao investimento	(128.073,44 €)	- €	(128.073,44 €)
Depreciações acumuladas	(779.224,15 €)	(32.743,82 €)	(811.967,97 €)
Amortizações subsídio acumuladas	110.026,16 €	- €	110.026,16 €
<b>Valor líquido</b>	<b>3.913,92 €</b>	<b>- €</b>	<b>3.913,92 €</b>

	Programa de computadores	Outros ativos intangíveis	Total
<b>1 de Janeiro de 2014</b>			
Custos de aquisição	801.185,35 €	32.743,82 €	833.929,17 €
Subsídios ao investimento	(128.073,44 €)	- €	(128.073,44 €)
Depreciações acumuladas	(699.243,97 €)	(31.884,62 €)	(731.128,59 €)
Amortizações subsídios acumuladas	69.455,96 €	- €	69.455,96 €
<b>Valor líquido</b>	<b>43.323,90 €</b>	<b>859,20 €</b>	<b>44.183,10 €</b>
<b>Movimento do exercício</b>			
Depreciação - abates	(70.291,04 €)	(859,20 €)	- 71.150,24 €
Amortização do subsídio	32.837,64 €	- €	32.837,64 €
<b>Valor líquido</b>	<b>(37.453,40 €)</b>	<b>(859,20 €)</b>	<b>(38.312,60 €)</b>

### 31 de dezembro de 2014

Custos de aquisição	801.185,35 €	32.743,82 €	833.929,17 €
Subsídios ao investimento	(128.073,44 €)	- €	(128.073,44 €)
Depreciações acumuladas	(769.535,01 €)	(32.743,82 €)	(802.278,83 €)
Amortizações subsídio acumuladas	102.293,60 €	- €	102.293,60 €
<b>Valor líquido</b>	<b>5.870,50 €</b>	<b>- €</b>	<b>5.870,50 €</b>

## 9. Estado e outros entes públicos

A rubrica *Estado e outros entes públicos* em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, apresenta a seguinte composição:

	30.06.2015		31.12.2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC a pagar	1.101,64 €	- €	- €	350.837,86 €
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2.351,00 €	30.983,99 €	2.351,00 €	17.979,07 €
Imposto sobre o valor acrescentado	3.751.675,10 €	- €	3.563.657,67 €	- €
Contribuições para regimes sociais	- €	49.043,76 €	- €	26.162,06 €
	<b>3.755.127,74 €</b>	<b>80.027,75 €</b>	<b>3.566.008,67 €</b>	<b>394.978,99 €</b>

A SAUDAÇOR está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e, em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores, a taxa a aplicar para a determinação do IRC é de 18,4% sobre a matéria coletável nos termos do artigo 87º do Código do IRC. Conforme estabelecido na Lei das Finanças Locais, a SAUDAÇOR está também sujeita à derrama fixada pelo município de Angra do Heroísmo até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Adicionalmente e nos termos do nº 1 do artigo 87º-A do Código do IRC, sobre o lucro tributável apurado incidirá a derrama estadual à taxa de 3% sobre o montante que varia entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

No âmbito da aplicação do artigo 67.º do Código do IRC sobre a dedutibilidade dos gastos de financiamento até ao limite de 60% do EBITDA do ano a percentagem será reduzida anualmente em 10% até se cifrar em 30%. A parcela não dedutível no ano poderá ser utilizada nos próximos 5 anos.



Para efeitos deste cálculo foram considerados os juros de financiamentos bancários contraídos pelos Hospitais, E. P. E que foram suportados pela SAUDAÇOR no âmbito do contrato-programa (Nota 21).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de possíveis revisões/inspeções por parte da Autoridade Tributária às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Na sequência do recurso apresentado pela SAUDAÇOR no Supremo Tribunal Administrativo da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, que julgou improcedente a impugnação judicial contra os atos tributários de liquidação de imposto sobre o valor acrescentado e de juros compensatórios referente aos exercícios de 2007 a 2010, no montante de 5.157.250 euros, os juizes da Secção de Contencioso Tributário acordaram em 12 de março de 2014 suspender a instância até à pronúncia do Tribunal de Justiça da União Europeia que foi interpelado sobre o enquadramento da SAUDAÇOR como sujeito passivo para efeitos do IVA, designadamente se preenche os requisitos previstos no número 2 do artigo 2º do Código do IVA.

Nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2015 está reconhecido o montante de 3.751.675,10 euros de IVA a recuperar nessa data que poderá ser considerado como imposto não dedutível e, por outro lado, as verbas transferidas para SAUDAÇOR oriundas do Orçamento da Região Autónoma dos Açores a afetar ao Serviço Regional de Saúde nos anos de 2007 e 2014, que

perfazem o montante de 161.876.419 euros, não foram consideradas sujeitas a tributação em sede de IVA, cujo imposto corresponderia a 22.383.801 euros.

É entendimento da Administração que o tratamento considerado em sede de IVA se encontra adequadamente enquadrado do ponto de vista legal e, consequentemente, contabilístico e fiscal e considera que as correções reclamadas judicialmente referentes aos períodos de tributação de 2007 a 2010 não têm qualquer provimento, e como tal, não se encontra constituída qualquer provisão para o efeito.

#### 10. Outras contas a receber

O saldo da rubrica de *Outras contas a receber* em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, classificada no balanço como não corrente e corrente, é detalhada da seguinte forma:

	30.06.2015	31.12.2014
<b>Ativo não corrente:</b>		
Património líquido	108.322.067,11 €	78.363.939,31 €
Compensação de gastos operacionais (Nota 18 e 19)	- €	29.900.000,00 €
Liquidação de dívida do SRS	200.954.981,49 €	200.955.861,71 €
Cessão de créditos HEPE/RAA	56.489.668,00 €	56.489.668,00 €
	<b>365.766.716,60 €</b>	<b>365.709.469,02 €</b>
<b>Ativo corrente:</b>		
Adiantamentos às Unidades de Saúde e outros devedores	35.308.282,21 €	14.893.879,66 €
Portarias de Investimento	266.197,64 €	1.485.436,98 €
Sistema de Informação e Saúde (SIS-ARD)		- €
	<b>35.574.479,85 €</b>	<b>16.379.316,64 €</b>

O risco de crédito na SAUDAÇOR resulta maioritariamente dos créditos sobre a Região Autónoma dos Açores, relacionados com a atividade do Sistema Regional de Saúde e do seu relacionamento com as unidades de saúde no decurso normal da sua atividade. A gestão do risco de crédito da SAUDAÇOR está estruturada nas necessidades próprias da Região Autónoma dos Açores tendo em consideração os limites estabelecidos anualmente no orçamento regional. A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que o Sistema Regional de Saúde tenha capacidade

financeira para, dentro das regras orçamentais estabelecidas, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir em tempo oportuno o financiamento adequado ao desenvolvimento da atividade das unidades de saúde. Para este efeito, a SAUDAÇOR tem uma estrutura financeira flexível que compreende uma gestão centralizada dos excedentes e das necessidades de fundos financeiros ao nível do SRS baseado em previsões de fluxos de caixa das unidades de saúde para diferentes horizontes temporais.

Assim, os saldos devidos da Região Autónoma dos Açores associados à política de financiamentos são classificados quanto à sua realização de acordo com a maturidade dos respetivos financiamentos obtidos que estão implícitos à sua formação. Logo, essa classificação é revista anualmente pela Administração baseada nos pressupostos estabelecidos na política financeira da Região Autónoma dos Açores no que concerne aos destinos dos fluxos financeiros orçamentais que percentualmente terão de ser divididos em operacionais ou de financiamento. Esses saldos compreendem (i) o montante de 200.954.981 euros que resultou da utilização dos empréstimos contraídos na liquidação de parte das dívidas existentes no Serviço Regional da Saúde, (ii) a verba de 108.322.067 euros, relativa a assunção do património líquido negativo dos Hospitais do Setor Público Administrativo que se transformaram no ano de 2007 em entidades públicas empresariais (iii) valor de 56.489.668 euros relativa a assunção de dívida da Região Autónoma dos Açores para com os Hospitais, E. P. E. no âmbito de verbas de contratos programa ainda não regularizados em anos anteriores e que tinham sido, em parte, compensados por adiantamentos disponibilizados pela SAUDAÇOR.

Sendo realizadas através das verbas afetadas pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores ao Serviço Regional de Saúde, em consonância com as necessidades que emergem das condições contratuais dos financiamentos associados, estas dívidas são implicitamente remuneradas, estando anualmente assegurado, em termos de fluxos de caixa, os meios financeiros anuais necessários para satisfazer os compromissos com a remuneração desses financiamentos que são controlados através da formação das condições financeiras estabelecidas no contrato programa que suporta a atividade da SAUDAÇOR.





Como referido acima, a SAUDAÇOR canaliza preferencialmente os seus excedentes de tesouraria que emergem financiamentos obtidos ou dos fluxos operacionais de tesouraria para as unidades de saúde que, quando não assumidos para compensação de gastos adicionais e das verbas orçamentais anuais, assumem a forma de adiantamentos que são registados nesta rubrica, destacando-se o montante de 35.308.282 euros disponibilizado aos Hospitais (em 2014 – 14.293.756 euros).

Os saldos de 266.197,64 euros e de 1.485.436,98 euros em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respetivamente, correspondem as verbas já atribuídas às unidades de saúde ou despendidas por conta destas e ainda não regularizadas através dos fundos a serem disponibilizados pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores - Serviço Regional de Saúde.

Após se terem desencadeados os mecanismos legais e contratuais de resolução do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implementação do Sistema de Informação de Saúde – Açores Região Digital (SIS-ARD) celebrado em 10 de agosto de 2006, as duas entidades envolvidas acordaram resolver de imediato todos os litígios judiciais existentes tendo a SAUDAÇOR recebido, à título de compensação pecuniária de natureza global, uma quantia de 2.000.000 euros.

Os gastos incorridos com o desenvolvimento deste projeto foram mensurados no montante de 4.655.747 euros, os quais foram financiados a fundo perdido por diversas entidades que se cifraram em 4.878.685 euros. Em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 12 de dezembro de 2014, a acionista única Região Autónoma dos Açores aprovou que esses subsídios seriam, em parte, para compensar a diferença não indemnizada e o valor remanescente, no montante de 2.222.937 euros, seria devolvido, na condição de que se houver necessidade de qualquer ajustamento com as entidades gestoras desses programas seria a SAUDAÇOR dotado dos fundos financeiros necessários.



## 11. Diferimentos

A rubrica do ativo corrente *Diferimentos* apresenta em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os seguintes gastos já incorridos a suportar em períodos futuros:

	30.06.2015	31.12.2014
Prémios de Seguros Antecipados	2.967,63 €	2.962,21 €
Manutenção e Suporte Técnico	7.435,68 €	14.068,94 €
Rendas	5.625,00 €	5.625,00 €
Garantias bancárias	107.643,45 €	105.821,92 €
	<b>123.671,76 €</b>	<b>128.478,07 €</b>

No passivo corrente, a rubrica *Diferimentos* apresenta em 30 de junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 um saldo de 20.068 euros referente a fundos disponibilizados para compensação a efetuar no período seguinte.

## 12. Capital próprio

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social de 50.000 euros encontra-se totalmente subscrito e realizado pela Região Autónoma dos Açores e é dividido por 10.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 euros cada.

De acordo com a legislação vigente, a SAUDAÇOR é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

## 13. Financiamentos obtidos

A repartição dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício findo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é como segue:

Descrição	30.06.2015		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	28.796.323,18 €	258.399.621,96 €	287.195.945,14 €
Papel comercial	- €	5.000.000,00 €	5.000.000,00 €
Empréstimos obrigacionistas	- €	100.000.000,00 €	100.000.000,00 €
Contas correntes caucionadas	2.500.000,00 €	- €	2.500.000,00 €
Juros a pagar	3.609.621,76 €	- €	3.609.621,76 €
Despesas suportadas	(1.447.634,40 €)	(1.891.501,19 €)	(3.339.135,59 €)
	<b>33.458.310,54 €</b>	<b>361.508.120,77 €</b>	<b>394.966.431,31 €</b>

Descrição	2014		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	21.400.095,39 €	233.832.077,55 €	255.232.172,94 €
Papel comercial	10.000.000,00 €	5.000.000,00 €	15.000.000,00 €
Empréstimos obrigacionistas	- €	100.000.000,00 €	100.000.000,00 €
Contas correntes caucionadas	2.500.000,00 €	- €	2.500.000,00 €
	<b>33.900.095,39 €</b>	<b>338.832.077,55 €</b>	<b>372.732.172,94 €</b>
Juros a pagar	2.649.283,15 €	- €	2.649.283,15 €
Despesas suportadas	(1.313.785,69 €)	(2.293.491,41 €)	(3.607.277,10 €)
	<b>35.235.592,85 €</b>	<b>336.538.586,14 €</b>	<b>371.774.178,99 €</b>

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a totalidade da dívida remunerada era denominada em euros e vencia juros a taxa variável. Estava assim representada por instituições de crédito:

41/1  
 A.

Instituição Financeira de Crédito	Tipo	Montante	Divida		Amortização			Taxa Anual Nominal	Última TAN
			Curto prazo	Médio e Longo prazo	Data inicial	Data final / renovação	Periodicidade		
CGD	CCC		2.500.000		09-12-2011		Mensal	Taxa nominal de 6,50%	6,500%
Credit Suisse	ML. Prazo	80.000.000		80.000.000	18-08-2005	25-08-2020	Anual	Euribor 12M - spread 0,0775%	0,2795%
CGD	ML. Prazo	65.000.000	9.000.000	52.500.000	30-06-2010	30-06-2021	Trimestral	Euribor 3M + spread 3,50%	3,548%
CGD	ML. Prazo	15.000.000		15.000.000	30-06-2010	30-06-2022	Trimestral	Euribor 3M + spread 3,00%	3,048%
Santander Totta	ML. Prazo	9.000.000	1.800.000	900.000	06-12-2011	06-12-2016	Mensal	Euribor 3M + spread 4%	4,048%
Santander Totta	ML. Prazo	4.870.877	1.079.042	2.454.771	23-07-2013	23-07-2018	Mensal	Euribor 12M + spread 5,50%	6,013%
Santander Totta	ML. Prazo	5.000.000	1.185.253	3.814.747	05-06-2014	05-06-2019	Mensal	Euribor 3M + spread 3,50%	3,500%
CCAM	ML. Prazo	6.000.000	1.469.388	1.346.939	25-05-2012	25-05-2017	Mensal	Euribor 6M + spread 6,50%	3,434%
Montepio Geral	ML. Prazo	10.000.000		10.000.000	26-05-2015	26-05-2021	Mensal	Euribor 6M + spread 3,50%	3,573%
Banif	ML. Prazo	20.400.000		18.708.210	20-08-2012	20-08-2022	Mensal	Euribor 3M + spread 6,00%	4,126%
Banif	Livrança	6.000.000	6.000.000		29-04-2015	29-07-2015	Final	Taxa nominal de 3,50%	4,126%
Novo Banco dos Açores	ML. Prazo	2.100.000	2.100.000		27-12-2012	21-07-2015	Semestral	Euribor 6M + spread 8,50%	8,569%
CGD	ML. Prazo	5.400.000	204.453	4.760.820	18-07-2013	18-07-2018	Mensal	Euribor 6M + spread 6%	6,292%
BIC	ML. Prazo	12.100.000	1.210.000	9.075.000	06-11-2013	06-11-2018	Trimestral	Euribor 6M + spread 6%	6,184%
Novo Banco	ML. Prazo	40.000.000		40.000.000	01-08-2014	01-08-2019	Semestral	Euribor 6M + spread 4,25%	4,360%
Banco Português de Gestão	ML. Prazo	4.000.000	2.000.000	2.000.000	26-06-2014	26-06-2019	Semestral	Euribor 6M + spread 3,90%	3,949%
CEMAH	ML. Prazo	500.000	195.855	256.467	12-12-2014	12-09-2017	Trimestral	Euribor 3M + spread 4,00%	3,990%
CEMAH	ML. Prazo	135.000	52.332	82.668	15-01-2015	15-10-2017	Trimestral	Euribor 3M + spread 4,00%	4,027%
Banif	ML. Prazo	20.000.000	2.500.000	17.500.000	05-06-2015	05-06-2020	Trimestral	Euribor 6M + spread 2,85%	2,907%
Finantia	Obrigacionista	100.000.000		100.000.000	03-07-2014	03-07-2017	Semestral	Euribor 6M + spread 3%	3,171%
Banco Espírito Santo Investment, SA	Papel Comercial	5.000.000		5.000.000	18-12-2013	18-12-2017	Anual	Euribor 12M + spread 5%	5,329%
			<b>31.296.323</b>	<b>363.399.622</b>					

Em conformidade com os prazos de reembolso acordados com as instituições de créditos, a exigibilidade pode ser assim apresentada:

Ano	Valor
2016	31.512.312,97 €
2017	9.761.014,95 €
2018	19.928.323,39 €
2019	123.279.453,64 €
2020	14.890.238,81 €
2021 e seguintes	195.595.087,55 €
	<u>394.966.431,31 €</u>

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os financiamentos obtidos estavam garantidos pela Região Autónoma dos Açores sob a forma de aval ou carta conforto.

#### 14. Fornecedores e Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 as rubricas de Fornecedores e de Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	30.06.2015	31.12.2014
<b>Fornecedores</b>	<b>292.918,17 €</b>	<b>318.347,27 €</b>
<b>Outras contas a pagar:</b>		
Despesas com pessoal	283,10 €	87,90 €
Fornecedores de investimento	3.219,04 €	- €
Provisão para férias e subsídio de férias	162.651,73 €	162.651,73 €
Acréscimos de gastos	69.942,44 €	177.510,72 €
Unidades de Saúde dos Açores	5.034.979,83 €	4.723.708,04 €
Verbas orçamentais de 2015 - Unidades de Saúde	3.622.617,61 €	2.284.250,76 €
Outras entidades	246.117,88 €	2.258.826,73 €
	<u>9.139.811,63 €</u>	<u>9.607.035,88 €</u>

#### 15. Subsídio à exploração

Como explicado na Nota Introdutória do anexo, a SAUDAÇOR estabeleceu com o Governo Regional dos Açores um contrato programa, no qual está quantificado a contrapartida pública da

gestão de serviços de interesse público geral. As remunerações são fixadas e ajustadas anualmente em função das responsabilidades operacionais e financeiras assumidas pela SAUDAÇOR no cumprimento das orientações e políticas para a área da saúde do Governo Regional dos Açores, tendo sido reconhecidas a este respeito o montante de 20.291.665 euros e 7.520.000 em 30 de junho de 2015 e 2014.

Como mencionado na Nota 10, esta verba compreende a totalidade dos gastos operacionais e financeiros que se estimam que a SAUDAÇOR irá incorrer anualmente e, desta forma, o montante atribuído contempla uma verba que se considera como a remuneração dos valores a receber da Região Autónoma dos Açores, cuja origem resulta dos fluxos financeiros dos financiamentos obtidos que foram direcionados para o Sistema Regional da Saúde.

Os subsídios à exploração contemplam também os juros dos financiamentos contratualizados pelos Hospitais (Nota 21).

#### 16. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de *Fornecimentos e serviços externos* em 30 de junho de 2015 e 2014 é detalhada da seguinte forma:

	30.06.2015	30.06.2014
Tratamentos de Droga e Toxicodependência	24.824,13 €	16.584,00 €
Santa Casa Misericórdia - Cuidados Geriátricos	- €	61.337,08 €
Liga Portuguesa Contra Cancro	38.400,00 €	57.920,00 €
Fundação Padre Manuel Antunes	12.780,00 €	21.720,00 €
Trabalhos especializados	631.324,09 €	670.096,77 €
Comunicação	261.091,27 €	196.499,38 €
Deslocações e estadas	62.350,54 €	38.499,58 €
Honorários	16.400,38 €	98.283,80 €
Material de escritório	2.709,57 €	4.409,45 €
Outros gastos	283.767,20 €	157.210,97 €
	<b>1.333.647,18 €</b>	<b>1.322.561,03 €</b>

A rubrica de Serviços especializados que compreende maioritariamente serviços de assistência e licenciamento de software diverso foi afetada por se ter alargado a licenciamentos que, nos anos anteriores, eram suportados diretamente pelas unidades de saúde.

### 17. Gastos com pessoal

A rubrica gastos com pessoal em 30 de junho de 2015 e 2014 é detalhada conforme se apresenta:

	30.06.2015	30.06.2014
Remunerações dos órgãos sociais	100.254,04 €	94.251,82 €
Remunerações do pessoal	419.424,72 €	392.689,61 €
Encargos sobre remunerações	118.617,52 €	111.231,82 €
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4.369,82 €	3.490,85 €
Outros gastos com o pessoal	1.871,74 €	2.217,09 €
	<b>644.537,84 €</b>	<b>603.881,19 €</b>

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o número de funcionários ao serviço da SAUDAÇOR eram de 29.

### 18. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica *Outros rendimentos e ganhos* em 30 de junho de 2015 e 2014, composta da seguinte forma:

	30.06.2015	30.06.2014
Excesso de estimativa de imposto - IRC	11.850,24 €	- €
Subsídios ao investimento	44.298,60 €	50.962,76 €
Outros rendimentos	- €	635,59 €
	<b>56.148,84 €</b>	<b>51.598,35 €</b>

### 19. Outros gastos e perdas

A rubrica Outros gastos e perdas em 30 de junho de 2015 e 2014, composta da seguinte forma:

	30.06.2015	30.06.2014
Impostos	414.827,14 €	268.272,59 €
Outros	- €	2.309,28 €
	<b>414.827,14 €</b>	<b>270.581,87 €</b>

A rubrica de Impostos é maioritariamente constituída pelos gastos suportados pelo imposto do selo que incide sobre os juros de financiamentos obtidos.

Em 2015 e 2014, a SAUDAÇOR canalizou fundos disponíveis para financiamento de gastos operacionais ocorridos nos três hospitais do sistema regional de saúde de forma a compensar os gastos operacionais em que incorreram e que não estavam previstos nos respetivos contratos programas. Estes encargos serão integralmente suportados pela Região Autónoma dos Açores (Nota 10).

### 20. Juros, outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos em 30 de junho de 2015 e 2014 são detalhados conforme segue:

	30.06.2015	30.06.2014
Juros suportados		
Financiamento bancário	6.058.677,75 €	4.066.943,71 €
Outros gastos de financiamento		
Serviços bancários	614.854,08 €	124.651,65 €
Garantias Bancárias	432.695,15 €	434.229,31 €
Outros	9.155.925,67 €	452,16 €
	<b>16.262.152,65 €</b>	<b>4.626.276,83 €</b>

Na rubrica de Outros gastos estão incluídos os encargos suportados com os serviços bancários, as taxas dos avales prestados pelo Governo da Região e garantias bancárias.

Em 2015, a SAUDAÇOR suportou a totalidade dos encargos financeiros relativos aos contratos de financiamento diretamente celebrados pelos Hospitais, E. P. E., com o propósito de concentrar todos os aspetos da política financeira do Sistema Regional de Saúde.

## **21. Divulgações exigidas por Diplomas Legais**

### ***Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas***

Os honorários totais faturados nos exercícios de 2015 e 2014 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 9.000 Euros.

## **22. Ativos e passivos contingentes**

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, existiam duas garantias bancárias nos montantes de 1.513.682 euros e de 5.000.000 euros relacionadas com a reclamação judicial sobre o enquadramento em sede de IVA (Nota 9).

## **23. Gestão de riscos financeiros**

A SAUDAÇOR, no desenvolvimento da sua atividade de suporte à política do Sistema Regional de Saúde, está exposta a riscos financeiros que podem afetar as suas operações e a execução do cumprimento dos objetivos estratégicos para a política de saúde traçada pelo Governo Regional dos Açores.

Nesta perspetiva, o Conselho de Administração orienta toda a sua política de gestão de risco de uma forma alinhada com o Governo Regional dos Açores, tendo como propósito primário reduzir as ameaças, as incertezas e as oportunidades suscetíveis de alterarem os objetivos pretendidos na prestação de cuidados médicos pelas unidades de saúde, para as quais são canalizados todos



os recursos financeiros disponíveis, embora com a preocupação permanente de que a gestão operacional das unidades de saúde seja limitada aos níveis e metas de atividade programados através de contratos – programas plurianuais que são permanentemente acompanhados.

A SAUDAÇOR nunca se envolveu em posições especulativas, não existindo quaisquer instrumentos financeiros derivados contratados em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Os principais fatores de risco financeiro são o risco de crédito, o risco de liquidez e, entre outros, o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

#### **Risco operacional**

No desenvolvimento da atividade de prestação de serviços de interesse económico geral na área da saúde, designadamente o planeamento e a gestão do Sistema Regional de Saúde e dos respetivos sistemas de informação, infraestruturas e instalações, bem como a realização de obras de construção, de conservação, de recuperação e de reconstrução de unidades e serviços de saúde, subentende a existência e a manutenção de uma situação privilegiada e contratualizada com o Governo Regional dos Açores e com todos os intervenientes no Sistema Regional da Saúde (atualmente, 3 hospitais E.P.E., 9 unidades de saúde de Ilha e respetivas extensões e 1 Centro de Oncologia), sendo a SAUDAÇOR um instrumento de apoio ao desenvolvimento da política de saúde, designadamente na vertente de planeamento e financiamento. Nesta conformidade não se esperam quaisquer situações que alterem significativamente o desenvolvimento da sua atividade normal, estando sempre as suas ações restringidas aos limites orçamentais estabelecidos pela Região Autónoma dos Açores, que, inclusivamente, pode obrigar a realização de ações específicas, desde que devidamente suportados por fundos oriundos do orçamento regional ou através de recurso alheios, nomeadamente financiamentos bancários.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito está maioritariamente relacionado com o risco da Região Autónoma dos Açores não cumprir as obrigações contratuais assumidas no financiamento do Sistema Regional da Saúde.

Nos últimos anos, tem sido opção canalizar todos os meios financeiros para se assegurar a sustentabilidade financeira do setor de saúde a médio e longo prazo, e apesar desta concentração do crédito, o financiamento da atividade operacional e financeira da SAUDAÇOR é garantido anualmente numa base duodecimal, podendo o montante determinado anualmente ser revisto pelos membros do governo competentes em matéria de finanças e de saúde.

Os fluxos financeiros são monitorizados numa base mensal com o objetivo de assegurar e acompanhar o cumprimento das responsabilidades financeiras a nível de crédito obtido, de forma que não ocorram situações de rutura em caso do agravamento anormal das condições económicas e financeiras.

O risco decorrente das atividades de tesouraria poderá resultar de insuficiência temporária de fluxos financeiros que sendo quantificados numa base anual são recebidos em regime duodecimal; todavia, podem ser excecionalmente revistos se resultarem de desvios significativos em relação aos valores estimados. Os excedentes de tesouraria são investidos em aplicações de curto prazo, de preferência, nas instituições financeiras a que se destinam, no futuro, os fluxos financeiros.

### **Risco de mercado**

O sector público e, em particular, as entidades envolvidas no setor da saúde têm pautado a sua atividade sob pressão significativa a nível do financiamento disponível, por razões relacionadas



com as condições adversas do país e com aspetos ainda não totalmente resolvidos sobre os níveis de financiamento da política orçamental que se confronta com exigências financeiras crescentes.

O endividamento da SAUDAÇOR encontra-se totalmente indexado a taxas de juro variáveis em função da evolução dos mercados e, como é extremamente elevado, está sujeito a um risco de volatilidade que pode ter um impacto significativo na posição financeira. Na sua maioria, nos contratos de financiamento, as entidades financiadoras poderão acionar as garantias asseguradas pela Região Autónoma dos Açores, não se tendo verificado até a presente data qualquer necessidade de se desencadear os mecanismos de incumprimento de obrigações contratuais, pelo facto de haver uma política de remuneração que assegura anualmente as necessidades operacionais e financeiras da SAUDAÇOR que, em situações em que ocorrem alterações manifestamente significativas, poderá ser revista pelos membros do governo competentes em matéria de finanças e de saúde.

A compatibilização da política orçamental da saúde com os níveis de financiamento da SAUDAÇOR permite de alguma forma mitigar a exposição ao risco de taxa de juro sem impacto nos resultados financeiros devido a sua dependência exclusiva do orçamento regional, que assegura a continuidade das operações, e tem sido igualmente uma garantia para que as entidades financiadoras renovem e, inclusivamente, reforcem financiamentos, que, caso não ocorram, poderá ter um efeito materialmente adverso na atividade operacional das unidades de saúde e nas perspetivas futuras da SAUDAÇOR.

### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez, que pode advir da incapacidade de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento, é sobretudo garantido pela gestão dos fundos oriundos mensalmente do Orçamento Regional em montantes antecipadamente estabelecidos, que são orientados de acordo com as necessidades operacionais e financeiras das unidades de saúde e da SAUDAÇOR.

O Técnico Oficial de Contas



Ana Margarida Simões de Lacerda e Areia

O Conselho de Administração



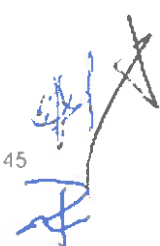
Rosa Augusta Valente de Matos



Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves



Paulo Jorge Gonçalves Nunes



## Declaração de conformidade


## DECLARAÇÃO

### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da SAUDAÇOR – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A., abaixo identificados declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, tanto quanto é do seu conhecimento, que a informação constante do relatório de gestão, das contas semestrais e demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SAUDAÇOR – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da SAUDAÇOR – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Angra do Heroísmo, 28 de agosto de 2015


O Conselho de Administração



Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho



Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves



Paulo Jorge Gonçalves Nunes